



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O D O F U N D O
D E P R E V I D Ê N C I A



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ANEXO II

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1.DADOS DO PROCESSO:

Nº do Processo	0001/2025
Estudo Preliminar nº	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS
Secretaria	SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE FUNDO DE PREVIDÊNCIA
Setor / Órgão	A presente contratação tem como objeto a prestação de serviços especializados para inscrição e realização da prova de certificação profissional de nível básico para Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), na modalidade online, em conformidade com as exigências estabelecidas pelo Ministério da Previdência Social, conforme disposto no Manual de Certificação dos Profissionais dos Regimes Próprios de Previdência Social.
Objeto	O objetivo é garantir a certificação profissional do dirigente (1 inscrição), do gestor de recursos (1 inscrição), dos membros do comitê de investimentos (5 inscrições) e membros do conselho deliberativo (5 inscrições) e conselho fiscal (5 inscrições), totalizando 17 servidores que realizarão os exames. A habilitação visa atender às disposições da Lei no 9.717/98 e da Portaria MTP no 1467/2022, que preveem a certificação como requisito indispensável para a regularidade do exercício da função. Gestor: Cláudia Cristina de Assis Serra – Mat. 062.690 Apoio Técnico: Luiz Fellipy Grativol Demani – Mat. 301.705 De acordo: Thiago Parreira Ferreira Coimbra – Mat. 199.383
Equipe de Planejamento	

2.INTRODUÇÃO:

Este documento marca a primeira etapa da fase de planejamento, apresentando estudos e análises detalhadas para a contratação de uma solução que atenda à necessidade identificada.

O objetivo principal é avaliar e definir a melhor solução disponível no mercado, com base em uma compreensão minuciosa da demanda e em consonância com as normas vigentes e os princípios da Administração Pública, como eficiência, economicidade e transparência.

3.DESCRICÃO DA NECESSIDADE:

Este documento visa à contratação de serviços técnicos especializados para atender às exigências da Legislação Previdenciária, sendo de responsabilidade do ente federativo ou entidade gestora do RPPS a habilitação dos Dirigentes, dos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, dos membros do Comitê de Investimentos e do responsável pela gestão das aplicações dos recursos do RPPS.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O D O F U N D O
D E P R E V I D Ê N C I A



Essa contratação se justifica no fato de que a certificação profissional do RPPS é uma exigência prevista na Lei Federal nº 9.917/1998 e Portaria do MPS nº 1.467, de 02 junho de 2022.

Os serviços solicitados envolvem a realização de certificação profissional, de maneira a permitir qualificação profissional e garantir que os servidores disponham de conhecimentos das melhores práticas para a gestão e a operacionalização do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos do município de Nova Friburgo.

A referida certificação é fundamental para garantir uma gestão previdenciária atual e dinâmica, promovendo a sustentabilidade do regime conforme as exigências constitucionais e normativas.

Essa contratação permitirá ao Fundo de Previdência garantir a qualificação profissional dos servidores, possibilitando a adoção de medidas estratégicas a longo prazo, além de uma gestão mais eficiente, em conformidade com as melhores práticas e requisitos legais.

E, por último e não menos importante, a emissão da **CERTIDÃO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA – CRP**.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Para a contratação dos serviços técnicos especializados, a empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos:

- Experiência comprovada na prestação de serviços que englobem a inscrição, realização adequada das provas e emissão de certificação profissional em conformidade com o manual de certificação profissional do Ministério do Trabalho e Previdência – MTP/SPREV, mediante atestados de capacidade técnica emitidos por órgãos públicos ou entidades similares.
- Comprovar capacidade para realização do serviço supracitado, além de comprovar que é detentora corpo técnico especializado para a prestação do serviço, apresentar registro regular em órgãos ou conselhos profissionais aplicáveis, zelar pela confidencialidade e sigilo de todos os dados em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados e fornecer soluções alinhadas às normas do Ministério da Previdência Social, Constituição Federal, legislações federais, estaduais e municipais pertinentes.

Requisitos da Equipe Técnica:

- Ser composta por profissionais qualificados.
- Incluir profissionais com experiência na prestação do serviço.
- Demonstrar conhecimentos técnicos específicos fundamentais para a prestação do serviço.
- Disponibilizar plataforma on-line para inscrição dos servidores que realizarão o exame de certificação.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O D O F U N D O
D E P R E V I D Ê N C I A



- Disponibilizar plataforma on-line para a realização do exame, além de fiscais para assegurar, mesmo que à distância, a realização adequada do exame, assegurando a integralidade e combatendo qualquer possível fraude.

Prazos e Entregas:

- Cronograma detalhado das entregas, com prazos específicos para cada etapa dos serviços.
- Garantia de resposta ágil a solicitações adicionais feitas pelo Fundo de Previdência Social.
- Conformidade Legal e Normativa:
- A empresa deve estar atualizada com as exigências da legislação previdenciária, incluindo a Lei Complementar nº 101/2000 (Responsabilidade Fiscal) e normativas do Ministério da Previdência Social.

Critérios de Seleção e Contratação:

- Menor preço, dependendo da complexidade dos serviços exigidos.
- Comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da contratada.
- Avaliação de propostas com base em critérios objetivos, como experiência e capacidade técnica comprovada.

Garantia de Qualidade e Resultados:

- A contratada deve oferecer mecanismos de controle de qualidade para assegurar a precisão dos estudos e a adequação às normas aplicáveis.
- Garantia de que os serviços realizados sejam suficientes para a inscrição e realização do exame, além da emissão da certificação, em conformidade com a legislação vigente e o Ministério da Previdência Social.

Esses requisitos são fundamentais para assegurar que o contrato atenda às necessidades legais, normativas e estratégicas do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES:

Serão realizados exame de qualificação profissional para o Gestor Dirigente (1 inscrição), o Gestor de Recursos (1 inscrição), além dos membros do Conselho Deliberativo (5 inscrições), membros do Conselho Fiscal (5 inscrições) e membros do Comitê de Investimentos (5 inscrições), totalizando 17 inscrições.

Trata-se de contratação de serviços técnicos especializados para atender às exigências da Legislação Previdenciária, incluindo, mas não se limitando a Lei Federal nº 9.917/1998 e Portaria do MPS nº 1.467, de 02 junho de 2022, e ao manual de certificação profissional.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O D O F U N D O
D E P R E V I D Ê N C I A



Essa certificação é fundamental para garantir uma gestão previdenciária atual e dinâmica, promovendo a sustentabilidade do regime conforme as exigências constitucionais e normativas.

6.LEVANTAMENTO DE MERCADO:

O levantamento de mercado consiste em uma pesquisa detalhada das possíveis soluções disponíveis para atender à demanda em análise.

Esse processo visa identificar metodologias, tecnologias e inovações que permitam selecionar a alternativa mais adequada às necessidades da Administração Pública, promovendo eficiência e conformidade legal.

Os preços de contratos semelhantes identificados foram:

Contrato nº 707.2024.7/2024

Local: Aparecida de Goiânia/GO

Órgão: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE APARECIDA DE GOIÂNIA

Unidade executora: 0721 – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE APARECIDA DE GOIANIA – APARECIDAPREV

Tipo: Contrato (termo inicial)

Receita ou Despesa: Despesa

Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 22/11/2024

Data de assinatura: 23/10/2024

Vigência: de 23/10/2024 a 22/10/2025

Id contrato PNCP: 07481455000115-2-000005/2024

Fonte: Prodata Informática

Id contratação PNCP: [07481455000115-1-000010/2024](#)

Objeto:

CONTRATAÇÃO DE 42 INSCRIÇÕES PARA A APLICAÇÃO DE PROVAS, NO NÍVEL BÁSICO, MODALIDADE ONLINE, DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS DIRIGENTES DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GESTORA DO RPPS, MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL (DELIBERATIVO) E DO FISCAL RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DOS RECURSOS E MEMBROS DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE APARECIDA DE GOIÂNIA, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica

CNPJ/CPF: 05.773.229/0001-82

Nome/Razão social: INSTITUTO TOTUM DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA.

VALOR CONTRATADO: R\$ 14.740,00

Disponível em: <<https://pncp.gov.br/app/contratos/07481455000115/2024/5>> Acesso em: 15.04.2025.

Contrato nº 2/2025

Local: Alto Alegre/RS

Órgão: MUNICÍPIO DE ALTO ALEGRE



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O D O F U N D O
D E P R E V I D Ê N C I A



Unidade executora: 1 – PREFEITURA MUN. DE ALTO ALEGRE

Tipo: Contrato (termo inicial)

Receita ou Despesa: Despesa

Processo: 107/2024

Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 08/01/2025

Data de assinatura: 06/01/2025

Vigência: de 06/01/2025 a 06/01/2026

Id contrato PNCP: 92406057000103-2-000002/2025

Fonte: digifred sistemas de informação ltda

Id contratação PNCP: [92406057000103-1-000095/2024](#)

Objeto:

Contratação do Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial para inscrições para a prova de Certificação do RPPS.

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica

CNPJ/CPF: 05.773.229/0001-82

Nome/Razão social: INSTITUTO TOTUM DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL

VALOR CONTRATADO: R\$ 3.400,00

Disponível em: <<https://pncp.gov.br/app/contratos/92406057000103/2025/2>> Acesso em: 15.04.2025.

Contrato nº 331/2024

Local: Dom Pedrito/RS

Órgão: RPPS-REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO

Unidade executora: 0002 – REG.PREV.SOCIAL SERV.PÚBL.MUN.DP – RPPS

Tipo: Contrato (termo inicial)

Receita ou Despesa: Despesa

Processo: 618

Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 19/09/2024

Data de assinatura: 22/07/2024

Vigência: de 22/07/2024 a 22/07/2025

Id contrato PNCP: 11427667000191-2-000006/2024

Fonte: Governança Brasil Tecnologia e Gestão em Serviços

Id contratação PNCP: [11427667000191-1-000004/2024](#)

Objeto:

Prestação da Prova de Certificação para membros do Comitê e dos conselhos do RPPS. Conforme exigência da Portaria MTP n 1.467 2022 para os seguintes profissionais. Dirigentes dos orgaos ou entidades gestoras do RPPS Membros do Conselho Deliberativo Membros do Conselho Fiscal Gestor dos Recursos Membros do Comitê de Investimentos.

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica

CNPJ/CPF: 05.773.229/0001-82

Nome/Razão social: INSTITUTO TOTUM DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO EMPRESARIAL LTDA.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O D O F U N D O
D E P R E V I D Ê N C I A



VALOR CONTRATADO: R\$ 4.600,00

Disponível em: <<https://pncp.gov.br/app/contratos/11427667000191/2024/6>> Acesso em: 15.04.2025.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO:

Em conformidade com o art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021, a equipe de planejamento deve evidenciar o problema a ser resolvido e avaliar as soluções disponíveis, realizando uma análise comparativa para identificar a opção mais vantajosa.

Essa análise deve considerar fatores como economicidade, eficiência administrativa, sustentabilidade social e ambiental, incorporação de tecnologias, e opções que representem menor custo para a Administração Pública Municipal.

Por meio de consultas a fontes diversas, duas empresas estão habilitadas pelo Ministério da Previdência Social para prestar o serviço de certificação, o Instituto TOTUM e a APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais do Brasil).

As informações coletadas estão transcritas abaixo para embasar a escolha do procedimento mais adequado.

OPÇÃO 1

CNPJ: 05.773.229/0001-82 [MATRIZ]

Empresa: Instituto Totum de Desenvolvimento e Gestão Empresarial LTDA.

Início da atividade: 02/07/2003

Natureza jurídica: Sociedade Empresarial Limitada

Situação cadastral: ATIVA desde 02/07/2003

CNAE: 70204 – Atividades de consultoria em gestão empresarial

Endereço: Avenida Paulista, 2439, 13º andar, Bela Vista – São Paulo, SP – CEP: 01311-300

Telefone: (11) 3372-9590

Correio Eletrônico: financeiro@institutototum.com.br



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O D O F U N D O
D E P R E V I D Ê N C I A



TABELA DE PREÇOS - PROVA DE CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Tipo de Certificação	Modalidade da Certificação	Níveis		
		Básico	Intermediário	Avançado
Certificação dos dirigentes da unidade gestora do RPPS.	Exame por prova (CPR)	R\$ 370,00	R\$ 380,00	R\$ 390,00
Certificação dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal	Exame por prova (CPR)	R\$ 370,00	R\$ 380,00	****
Certificação do responsável pela gestão das aplicações dos recursos e membros do comitê de investimentos	Exame por prova (CPR)	R\$ 290,00	R\$ 300,00	R\$ 320,00
Certificação dos dirigentes da unidade gestora do RPPS.	Aprovação prévia em exame por provas, títulos e experiência (CPT)	R\$ 420,00	R\$ 440,00	R\$ 460,00
Certificação dos membros dos conselhos deliberativo e fiscal	Aprovação prévia em exame por provas, títulos e experiência (CPT)	R\$ 420,00	R\$ 440,00	****
Certificação do responsável pela gestão das aplicações dos recursos e membros do comitê de investimentos	Aprovação prévia em exame por provas, títulos e experiência (CPT)	R\$ 350,00	R\$ 360,00	R\$ 370,00
Renovação da Certificação dos dirigentes da unidade gestora do RPPS.	Programa de qualificação continuada	R\$ 400,00	R\$ 420,00	R\$ 450,00
Renovação da Certificação dos membros do conselho deliberativo e fiscal	Programa de qualificação continuada	R\$ 400,00	R\$ 420,00	****
Renovação da Certificação do responsável pela gestão das aplicações dos recursos e membros do comitê de investimentos do RPPS	Programa de qualificação continuada	R\$ 400,00	R\$ 420,00	R\$ 450,00

Informações que constam no Edital de Certificação dos Profissionais do RPPS, publicado pelo Instituto Totum em 10/03/2025. Disponível em: https://institutototum.com.br/wp-content/uploads/2025/03/DC.OPC_SPREV_00.26-Edital-de-Certificacao-Profissional-SRPC-MPS_compressed.pdf Acesso em: 15.04.2025.

OPÇÃO 2

CNPJ: 43.446.228/0001-12 [MATRIZ]

Empresa: Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil – APIMEC Brasil

Início da atividade: 30/09/1972

Natureza jurídica: Associação Privada

Situação cadastral: ATIVA desde 25/08/2001

CNAE: 9412-0/99 – Outras atividades associativas profissionais

Endereço: Rua Libero Badaró, 300, andar 2, Centro – São Paulo, SP – CEP: 01008-000

Telefone: (11) 3107-1571

Correio Eletrônico: tesouraria@apimecbrasil.com.br



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O D O F U N D O
D E P R E V I D Ê N C I A



Exame	Associado Apimec (Presencial / Online) *	Associado Anapar (Presencial / Online)	Parceiros (Presencial / Online) ***	Não associado (Presencial)	Não associado (Online)
CNPI - CB - Conteúdo Brasileiro	R\$ 593,00	R\$ 711,00	----	R\$ 790,00	R\$ 790,00
CNPI - CG1 - Conteúdo Global 1	R\$ 735,00	R\$ 882,00	----	R\$ 980,00	R\$ 980,00
CNPI - CT1 - Conteúdo Técnico 1	R\$ 735,00	R\$ 882,00	----	R\$ 980,00	R\$ 980,00
CNPI - CR - Conteúdo de Reciclagem **	R\$ 495,00	R\$ 594,00	----	R\$ 660,00	R\$ 660,00
CNPI - CRT - Conteúdo de Reciclagem Técnico **	R\$ 495,00	R\$ 594,00	----	R\$ 660,00	R\$ 660,00
CNPI - CRP - Conteúdo de Reciclagem Pleno **	R\$ 506,00	R\$ 608,00	----	R\$ 675,00	R\$ 675,00
CGRPF-A - Gestor de RPF	R\$ 555,75	R\$ 555,75	----	R\$ 741,00	----
CGRPF-I - Gestor de RPF	R\$ 555,75	R\$ 555,75	----	R\$ 741,00	----
CP RPPS CGINV - Nível I (Básico) - EXAME POR PROVAS	----	----	R\$ 397,00	R\$ 441,00	R\$ 441,00
CP RPPS CGINV - Nível I (Básico) - EXAME POR PROVAS E TÍTULOS	----	----	R\$ 397,00	R\$ 441,00	R\$ 441,00
CP RPPS CGINV - Nível II (Intermediário) - EXAME POR PROVAS	----	----	R\$ 416,00	R\$ 462,00	R\$ 462,00
CP RPPS CGINV - Nível II (Intermediário) - EXAME POR PROVAS E TÍTULOS	----	----	R\$ 416,00	R\$ 462,00	R\$ 462,00
CP RPPS CGINV - Nível III (Avançado) - EXAME POR PROVAS	----	----	R\$ 454,00	R\$ 504,00	R\$ 504,00
CP RPPS CGINV - Nível III (Avançado) - EXAME POR PROVAS E TÍTULOS	----	----	R\$ 454,00	R\$ 504,00	R\$ 504,00

* 25% de desconto para associado Apimec

** CR, CRT e CRP - Programa de Educação Continuada - PEC

*** Parcerias acordadas com outras instituições para exames RPPS

Informações que constam no site da empresa API MEC, valores atualizados em 01/01/2025.

Disponível em: <https://certpessoas.fgv.br/apimec>. Acesso em: 15.04.2025.

Após a análise dos dados, foram identificadas as seguintes soluções:

- **Cenário 1:** Contratação da opção 1 (Instituto Totum) para a prestação do serviço.
- **Cenário 2:** Contratação da opção 2 (API MEC Brasil – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil).

Inicialmente, foi considerado o cenário 2, de contratação da opção 2.

No entanto, essa opção se apresentou desvantajosa à estrutura ofertada da plataforma e o atendimento da API MEC se mostraram menos vantajosa que a alternativa (opção 1).



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O D O F U N D O
D E P R E V I D Ê N C I A



Além disso, é preciso considerar que o valor total para a prestação do serviço, incluindo as inscrições, realização das provas e emissão de certificados, totalizam a quantia de **R\$ 7.965,00 (sete mil, novecentos e sessenta e cinco reais)**, conforme a tabela demonstrativa de preços:

APIMEC Brasil – Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais do Brasil

TIPO DE INSCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR
Membros do Conselho Deliberativo	5 inscrições	R\$ 2.205,00
Membros do Conselho Fiscal	5 inscrições	R\$ 2.205,00
Membros do Comitê de Investimentos	5 inscrições	R\$ 2.205,00
Gestor de Recursos da unidade gestora do RPPS	1 inscrição	R\$ 675,00
Dirigente da unidade gestora do RPPS	1 inscrição	R\$ 675,00
	TOTAL	R\$ 7.965,00

Assim, o **cenário 1** — contratação da empresa Instituto Totum — surge como a solução mais adequada e vantajosa. Os serviços exigem expertise e atualização constante, sendo necessário que a empresa contratada comprove atuação na área, com atualização e especializações pertinentes, fato devidamente comprovado pelo referido instituto.

A escolha pelo **cenário 1** evita a fragmentação do processo e a necessidade de múltiplas contratações para atingir um único objetivo, particularmente considerando a eficiência da prestação do serviço, a estimativa de demanda e a especialização técnica necessária.

Conforme o art. 44 da Lei nº 14.133/2021: “Quando houver a possibilidade de compra ou de locação de bens, o estudo técnico preliminar deverá considerar os custos e os benefícios de cada opção, com indicação da alternativa mais vantajosa.”

Nesse sentido, fica claro que a contratação de serviços especializados do Instituto Totum representa uma solução economicamente vantajosa e mais adequada à complexidade do objeto.

Considerando a tabela apresentada pelo Instituto Totum, o valor total para a prestação do serviço, incluindo: as inscrições, realização das provas e emissão de certificados são de **R\$7.070,00 (sete mil e setenta reais)**, o menor preço ofertado para a prestação do serviço, conforme a tabela demonstrativa de preços que segue abaixo:

INSTITUTO TOTUM

TIPO DE INSCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR
Membros do Conselho Deliberativo	5 inscrições	R\$ 2.100,00
Membros do Conselho Fiscal	5 inscrições	R\$ 2.100,00
Membros do Comitê de Investimentos	5 inscrições	R\$ 2.100,00
Gestor de Recursos da unidade gestora do RPPS	1 inscrição	R\$ 350,00



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O D O F U N D O
D E P R E V I D Ê N C I A



Dirigente da unidade gestora do RPPS	1 inscrição	R\$ 420,00
	TOTAL	R\$ 7.070,00

É possível concluir, portanto, que a contratação da empresa Instituto Totum, especializada para prestação dos serviços de certificação profissional atende plenamente à Administração Pública, proporcionando economicidade, vantajosidade e uma relação custo-benefício favorável.

8.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Fundamentação:

Com base no levantamento de mercado realizado e na estimativa de preços prévia apresentada no item anterior deste ETP, conclui-se que a solução mais adequada é a contratação de uma empresa com capacidade técnica comprovada para a prestação desse serviço.

O objetivo é atender integralmente às necessidades do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo/RJ, garantindo o cumprimento das exigências legais.

A solução proposta envolve a contratação da empresa que prestará o serviço de certificação profissional, englobando:

- Inscrição, a empresa deverá disponibilizar uma plataforma on-line adequada para que os servidores realizem a inscrição.
- Realização do exame, a empresa deverá disponibilizar uma plataforma on-line adequada para que os servidores realizem o exame, garantindo a integridade do processo, coibindo qualquer possível fraude, além de assegurar que fiscais fiscalizem a execução do exame, mesmo que de maneira remota.
- Emissão de certificado, a empresa deve emitir os certificados dos servidores aprovados no exame.

Considerando as condições estabelecidas, a contratação se amolda à hipótese de Dispensa de Licitação prevista no Art. 75, II, da Lei 14.133/2021, por atender ao valor máximo permitido para a contratação sem licitação (R\$ 62.725,59 – sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), conforme atualização do Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024.

A Lei nº 14.133/2021 estabelece a possibilidade de dispensa de licitação em determinadas situações, como no caso de serviços cuja natureza justifique a contratação direta.

Neste contexto, **o valor estimado para a contratação são de R\$7.070,00 (sete mil e setenta reais)**, encontra-se dentro do limite estabelecido para a dispensa.

Cabe ressaltar que, apesar da contratação direta, o procedimento será formalizado de maneira a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, com a devida publicação no sítio eletrônico oficial e a possibilidade de recebimento de propostas adicionais, conforme exigido pela legislação.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O D O F U N D O
D E P R E V I D Ê N C I A



Convém observar que a Lei nº. 14.133/2021, ao regulamentar o art. 37, XXI, da Constituição Federal, especifica algumas exceções em que a licitação é dispensada, dispensável ou inexigível.

Com relação à licitação dispensável, as hipóteses estão previstas no art. 75 da Lei nº. 14.133/21.

Nesses casos, a licitação é viável, tendo em vista a possibilidade de competição entre dois ou mais interessados.

Todavia, o legislador elencou determinadas situações em que a licitação pode ser afastada, a critério do administrador, para atender o interesse público de forma mais célere e eficiente.

A Constituição Federal ao exigir o processo de licitação para as contratações da Administração Pública permite que a lei ressalve casos específicos:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Desse modo, há situações que, apesar de gerarem vínculos entre a Administração e o particular, não dependem, por razões lógicas, de licitação. São aquelas em que a disputa se faz inconveniente, desnecessária ou impossível.

Contudo, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de um procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa e celebração do contrato. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos traz um procedimento especial e simplificado para seleção do contrato mais vantajoso para a Administração Pública.

Assim, o art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, com atualização dos valores através do Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024, trouxe em seu texto a possibilidade de realizar dispensa de licitações para contratação que envolva valores até R\$ 62.725,59 – sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos, no caso de outros serviços e compras.

Deve-se ressaltar que os autos contêm toda documentação necessária para o procedimento, inclusive a estimativa de despesa para o feito, nos termos do art. 72, II, da Lei nº. 14.133/21, além do art. 5º, II, da IN SEGES/ME Nº. 67/2021.

Assim, em atenção ao comando legal que determina a verificação de existência de recursos financeiros previamente à realização da contratação, consta nos autos que há previsão de crédito orçamentário para suportar tal despesa, conforme indicação nos autos em sequência ao



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O D O F U N D O
D E P R E V I D Ê N C I A



presente ETP.

Conforme previsto no artigo 75, § 3º, da Nova Lei, as contratações diretas, pelo valor, serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

9.JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO:

Fundamentação, conforme o inciso VIII do § 1º do art. 18 e os §§ 2º, II e III, do art. 40 da Lei nº 14.133/2021 c/c inciso II, § 3º, art. 40 da Lei nº 14.133/2021, bem como a orientação contida na Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União.

A contratação em questão será realizada por dispensa eletrônica, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021, em razão do valor estimado do objeto.

Considerando que o objeto corresponde a uma única solução integrada, a adjudicação global, nesse contexto, é a opção mais adequada e eficiente, garantindo economicidade, continuidade e qualidade na execução dos serviços.

Além disso, esta modalidade reduz a complexidade da gestão contratual, evitando os riscos associados ao parcelamento, mesmo em contratações de menor valores realizados por dispensa.

Dessa forma, adjudicar o contrato globalmente à empresa vencedora assegura maior eficiência, observando os princípios da economicidade, eficiência e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que a decisão pelo julgamento global foi embasada em análise prévia de viabilidade técnica e operacional, conforme os estudos realizados, os quais indicaram que o parcelamento do objeto comprometeria a efetividade da execução contratual, contrariando o interesse público.

10.DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO:

Fundamentação, conforme inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21.

A contratação objetiva alcançar benefícios diretos e indiretos, como economicidade, eficácia, e eficiência, além de proporcionar melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis. Os benefícios esperados incluem:

- **Melhoria na Eficiência Administrativa:** A contratação visa aumentar a eficiência administrativa, reduzir a quantidade de licitações necessárias, garantir a seleção de propostas vantajosas para a Administração Pública, e reduzir custos operacionais. Esse processo atenderá especificamente às necessidades do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo.
- **Qualificação profissional dos servidores:** A certificação profissional assegura que o dirigente do Fundo de Previdência Social de Nova Friburgo, o Gestor de Recursos do



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O D O F U N D O
D E P R E V I D Ê N C I A



RPPS, os Membros do Conselho Deliberativo e Fiscal e do Comitê de Investimentos estejam devidamente qualificados, melhorando a qualidade técnica dos servidores e assegurando mais eficiência para a administração pública, além de cumprir as determinações legais previstas na Lei Federal nº 9.917/1998 e Portaria do MPS nº 1.467, de 02 junho de 2022.

11.PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO:

Fundamentação, conforme inciso X do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/21.

Não serão necessárias providências adicionais por parte da Administração Pública Municipal para assegurar a execução do contrato, uma vez que o objeto da contratação não demanda condições específicas para sua operacionalização.

12.CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES:

Fundamentação, conforme o inciso XI do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Após análise, verifica-se que nesta contratação não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes, considerando que o objeto pode ser executado de forma autônoma e atende integralmente ao interesse público sem depender de outros contratos.

13.IMPACTOS AMBIENTAIS:

Fundamentação, conforme inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei nº 14.133/21.

A contratação deverá observar os princípios da sustentabilidade, conforme o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU, disponível em:

<<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/licitacoes-sustentaveis>>.

Sustentabilidade: Em conformidade com o Art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a contratação deve priorizar produtos nacionais com baixo impacto sobre recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água.

A preferência será dada a materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, além de práticas que promovam maior eficiência na utilização de recursos naturais, como água e energia, e maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

Também será considerado o uso de inovações que minimizem a pressão sobre recursos naturais e a origem sustentável dos recursos utilizados, incluindo produtos florestais provenientes de manejo florestal sustentável ou reflorestamento, conforme os critérios estabelecidos no Art. 4º do Decreto Federal nº 7.746/2012.

14.VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

O art. 18, § 1º, XIII da Lei nº 14.133/2021, determina que o planejamento das contratações públicas deve incluir um posicionamento conclusivo sobre a viabilidade e razoabilidade da



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S U B S E C R E T A R I A D E
G E S T Ã O D O F U N D O
D E P R E V I D Ê N C I A



contratação.

Posicionamento Conclusivo sobre a Viabilidade e Razoabilidade da Contratação.

Parecer Final sobre a Contratação da Solução Pretendida.

Viabilidade Técnica: Confirma que a solução é tecnicamente exequível e adequada às necessidades identificadas.

Viabilidade Operacional: Assegura que a organização possui ou pode obter os recursos necessários para implementar e gerir a solução.

Viabilidade Orçamentária: Verifica que existem recursos financeiros disponíveis e alocados para a contratação.

Adequação à Necessidade Identificada: A solução proposta atende de forma eficaz e eficiente à demanda de contratação apresentada.

A contratação pretendida é não apenas necessária, mas também viável em todos os sentidos, estando alinhada com aos objetivos institucionais e com os princípios da administração pública, como eficiência, economicidade e legalidade.

E os estudos preliminares evidenciam ser possível tecnicamente e fundamentalmente necessária, sendo a contratação pretendida perfeitamente adequada para o atendimento da necessidade a que se destina.

15.RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO:

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares e que o mesmo traz os conteúdos previstos no art.18 e s.s da Lei nº14.133/21.

GESTORA	APOIO TÉCNICO	DE ACORDO
<small>Assinado por CLAUDIA CRISTINA DE ASSIS SERRA 089.***.***. Prefeitura Municipal de Nova Friburgo 15/04/2025 15:59:58</small> Cláudia Cristina de Assis Serra Coordenador Nível Superior do Fundo de Previdência Social Mat. 062.960	<small>Assinado por LUIZ FELLIPY GRATIVOL DEMANI 063.***.***. Prefeitura Municipal de Nova Friburgo 16/04/2025 09:30:21</small> Luiz Fellipy Grativol Demani Agente Administrativo Mat. 301.705	<small>Assinado por THIAGO PARREIRA FERREIRA COIMBRA. 054.***.***. Prefeitura Municipal de Nova Friburgo 15/04/2025 15:35:16</small> Thiago Parreira Ferreira Coimbra Subsecretário de Gestão do Fundo de Previdência Mat. 199.383